

— afirmando também que a interpretação marxista da lei de lucros decrescentes é uma tautologia.

Outros temas e tópicos poderiam ser abordados se não fosse a natural limitação de um registro bibliográfico.

Sem favor, o livro do Autor é manual indispensável a qualquer universitário de país subdesenvolvido. Indispensável particularmente porque deu organicidade textual a uma temática econômica, tocando em todos os pontos essenciais e apontando e amparando-se numa bibliografia seleta.

UMA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA (*)

NEWTON SUCUPIRA

Dos muitos livros que se têm escrito ultimamente sobre a realidade brasileira em seus vários aspectos, destaca-se o ensaio de Pessoa de Moraes, *Sociologia da Revolução Brasileira*, como sendo das contribuições mais importantes para a compreensão do processo de transformação sócio-cultural que caracteriza o Brasil de hoje.

Tratando de assunto tão carregado de implicações ideológicas, soube o autor colocar-se num plano de imparcialidade e equilíbrio doutrinário que o guardou de resvalar para o tipo de sociologia partidária, marcadamente ideológica, muito ao gosto de certos intérpretes da realidade social brasileira.

O livro de Pessoa de Moraes se afasta, assim, de uma tese, particularmente difundida pelos teóricos, isebianos e marxistas, segundo a qual, na presente fase da auto-consciência brasileira, toda ciência social há de ser deliberadamente participante e estritamente orientada pela tomada de posição ideológica. Entendia-se que sendo a sociologia a autoconsciência científica de uma sociedade, o que não deixa de ser exato, deveria ela, não somente refletir a situação social que lhe deu origem, mas também estar comprometida com o que aqueles autores julgavam ser a direção irreversível do movimento político e social. Por isso mesmo desprezava-se a sociologia puramente analítica ou rejeitavam-se as pesquisas empíricas ou os estudos de detalhes em benefício de uma visão global da realidade social determinada por *a priori* ideológicos. Pesquisas feitas segundo rigorosos critérios metodológicos, procurando atender às exigências

(*) Pessoa de Moraes, *Sociologia da Revolução Brasileira*, Editora Leitura, Rio, 1965, 343 páginas, prefácio de Gilberto Freyre.

de objetividade científica, eram simplesmente acoimadas de alienação.

Daí porque muitas das interpretações globais da realidade brasileira se fizeram à luz de categorias ideológicas e em função de determinados juízos de valor. Para isso aplicaram-se, algumas vezes, e sem maiores precauções críticas, conceitos forjados para a análise de outras situações sociais, como é o caso da categoria de dependência, criada por Balandier no estudo das sociedades coloniais africanas. Com uma certa levandade científica tendia-se a assimilar o Brasil à realidade sócio-cultural de países do chamado terceiro mundo, vendo-se em certos traços comuns de uma condição político-econômica a identidade de processo cultural.

Nada mais natural que muitas dessas interpretações comandadas por pressupostos ideológicos nos dessem uma imagem deformada da estrutura e dinâmica da sociedade brasileira. Eram, na verdade, muito mais construções ideológicas puras do que ensaios de interpretação sociológica.

É o caso, por exemplo, de Nelson Werneck Sodré que em sua *Introdução à Revolução Brasileira*, parece raciocinar à maneira de reflexos condicionados, isto é, para cada inflexão de nosso processo social possui uma resposta explicativa previamente elaborada pelos esquemas marxistas de sua concepção do mundo. A consequência inevitável era submeter a realidade brasileira ao leito procusteano de seus *a priori* marxistas rígidos e simplistas. E tais interpretações pré-fabricadas e impostas à realidade, típicas do sub-marxismo brasileiro, terminavam por exercer sobre os fatos, e por ironia, uma espécie de "violência idealista", já denunciada por Sartre em sua crítica do marxismo dogmático e esquemático dos partidos comunistas.

Não se pretende, com esta crítica, que a tomada de consciência científica de uma sociedade se faça com absoluta imparcialidade, nem que o cientista social, como homem, se abstenha de emitir juízos de valor sobre a realidade social em que vive. Evidentemente a própria sociologia não pode deixar de participar dos conflitos da sociedade a que pertence e, por outro lado, todo conhecimento do social, tão científico seja ele, comporta implicações ideológicas. Não há dúvida que o pensar nossa realidade será forçosamente um pensar participante,

porque motivado e condicionado pela própria situação existencial que lhe serve de base e constitui seu objetivo. O pensar de nossa sociedade, tendo sua origem em plena *praxis* social a ela está indissolúvelmente vinculado.

Mas daí não se concluirá apressadamente que a análise da realidade social de que fazemos parte exclui todo e qualquer tipo de objetividade. O fato de que hoje se façam reservas à tese weberiana da *Wertfreiheit*, não significa a eliminação dos critérios de objetividade na análise dos fenômenos sociais. Essa objetividade, que se não deve confundir com neutralidade, é a condição mesma de um engajamento consciente e lúcido.

Não discutimos a legitimidade das posições ideológicas ou a necessidade de se construir ideologias, mas o que não é lícito é fazer passar estas ideologias, que projetam um novo tipo de existência social, pela realidade mesma, em sua estrutura e dinâmicas reais.

De resto a eficácia dessas ideologias está a depender de uma exata informação sobre as forças que atuam no processo social e o sentido de sua direção. Somente com o conhecimento objetivo das leis que regem a mudança social é que poderemos atuar sobre a realidade. Isto é, a eficácia da ação dependerá do conhecimento das variáveis em jogo, o que implica objetividade científica.

Que o sociólogo faça sociologia com a finalidade de construir uma ideologia ou melhor contribuir para a ação social, não há objeção a fazer. Trata-se de móveis ou motivos que impelem alguém a fazer ciência social. Hans Freyer já dizia que "somente aquele que deseja algo socialmente vê algo sociologicamente" e por sua parte Durkheim pensava que não valia a pena desperdiçar uma só hora em estudos sociológicos, se com estes só nos propuzéssemos fins teóricos. Mas não se poderá admitir cientificamente que o sociólogo, como sociólogo, projete na realidade social que estuda suas preferências e intenções e as tome como se fossem os próprios fatos sociais. Em suma, como acentuava Raymond Aron, o sociólogo deve tomar consciência, ao mesmo tempo, de suas preferências e das implicações sociais de suas teorias e procurar em que condições o conhecimento da sociedade é conforme às exigências da ciência.

O autor de *Sociologia da Revolução Brasileira* — e esse é

um de seus méritos — soube colocar-se na perspectiva exata do cientista social, sem contudo distanciar-se de sua sociedade nem alheiar-se dos problemas concretos da realidade brasileira. Sua intenção primária é analisar objetivamente as tendências e contradições da crise de transformação social do Brasil de hoje, descrever e interpretar os comportamentos, atitudes e valores característicos de uma nova sociedade em emergência.

Essencialmente analítico, sem todavia excluir a interpretação, o livro não se propõe a construir uma doutrina sistemática sobre a chamada realidade brasileira, nem muito menos profetizar o tipo de estrutura social que resultará necessariamente do processo de mudança. O autor se esforça por acercar-se da realidade sem prevenções ideológicas nem *a priori* doutrinários, mas com o intuito de fazer o fenômeno revelar-se em sua inteireza, como diriam os fenomenólogos. No capítulo introdutório faz questão de salientar que o livro “pretende descer à intimidade do Brasil”; “descer às raízes mais profundas dos problemas e auscultar as grandes tendências da vida nacional nos dias que correm. Aqui se faz uma tentativa de perscrutar o caráter de nosso povo, para compreender as motivações fundamentais de sua conduta”.

Tais propósitos definem, desde logo, a linha metodológica seguida no ensaio. Trata-se mais de uma sociologia analítico-compreensiva do que explicativo-generalizadora visando estabelecer um sistema de correlação entre os fatos observados. E o próprio autor adverte, na introdução, que seu livro se afasta do *approach* “rigorosamente tecnicista, baseado numa perspectiva economista pura ou apenas convencionalmente sociológica”. Na verdade, pode dizer-se que o livro, sob muitos aspectos, é um estudo psico-sociológico das motivações dos comportamentos sociais, das formas de vida, atitudes, valorações do homem brasileiro de diferentes grupos e classes nesta fase de profundas mudanças sociais. Estudo seguindo outros critérios de objetividade que a do empirismo lógico em ciência social, baseada em levantamentos estatísticos e exprimindo-se abstratamente e com aparato matemático. O autor procede por análise concretas, qualitativas, realizando muitas vezes uma espécie de microsociologia que busca surpreender as condutas sociais em seus detalhes mais significativos. O que não implica simples impressionis-

mo sociológico, pois suas análises se encontram lastreadas por grande massa de dados, informações, observações e suas próprias experiências, e repousando em ampla cultura sociológica.

Em vez de uma sociologia abstrata que fizesse um corte transversal no processo, desligando-o artificialmente de suas raízes históricas e antecedentes culturais, Pessoa de Moraes adota, de preferência, o método histórico e genético, o que lhe permite acompanhar em sua gênese e desenvolvimento a formação das novas estruturas e comportamentos sociais, interpretando-lhe as conexões de sentido. Nisso percebe-se a presença da tese de Freyer segundo a qual a sociologia, quando olvida o caráter histórico de seus objetos e persegue o ideal da sistemática abstrata, não só renuncia a toda significação vital, mas destrói seu próprio objeto. De fato o emprêgo do método histórico proporcionou uma compreensão mais aguda da dialética e sentido de nosso processo social.

O livro, como seu título indica, e tomada a palavra revolução como categoria sociológica, parte do fato central e crítico da existência brasileira atual: a contradição entre uma ordem social envelhecida, fruto do patriarcalismo rural, em estado de desagregação por força do impacto da industrialização e a emergência de uma nova ordem que não sabe ainda como se estruturar nem acerta a entrar em cheio na história. Consequência da industrialização, temos como dado fundamental do processo a irrupção, em larga escala, das massas por todos os setores da vida nacional, determinando mudanças radicais dos padrões de conduta e dos esquemas de ordenamento social e político.

Mas o que o ensaio nos mostra com muita acuidade é que estas duas ordens, em conflito, longe de apresentarem nítidos contornos, como se fôsse possível traçar uma linha divisória, rigorosamente definida, entre os “dois Brasis”, revelam, antes, a “intercessão da velha civilização semifeudal, rural e patriarcal, com a nova civilização de caráter crescentemente urbano, burguês e de aspectos proletários, surgida ultimamente”.

Daí as contradições e o *decalage* cultural que caracterizam a realidade brasileira de hoje, onde coexistem tempos sociológicos diversos, resultantes sobretudo das resistências que as velhas estruturas opõem às mudanças.

Resistências típicas daquelas áreas onde menor se verifica a incidência do impacto industrial.

Tôda esta interpenetração de valores e atitudes, tôdas as tendências contraditórias que definem a sociedade brasileira, são focalizadas com muita perspicácia pelo autor nas análises dos comportamentos da burguesia urbana, em suas várias camadas, na conduta das massas proletárias, nos movimentos de camponeses, nas atividades estudantis, com seus reflexos e repercussões na vida política e social total. Particularmente significativos são os capítulos nos quais se estudam as novas formas de liderança política em oposição aos modos tradicionais de dominação, bem como a reação eleitoral das massas onde freqüentemente, a débil consciência de classe e seu conteúdo ideológico são absorvidos pelas tendências coletivas vigentes. Assim é que estas massas, emergindo de um fundo de magismo primitivo se deixam, muitas vezes, sensibilizar mais prontamente por apêlos de líderes carismáticos do que pelos argumentos da doutrinação ideológica.

Partindo de tais constatações o autor distingue no chamado processo de conscientização das massas brasileiras entre o que êle denomina de "conscientização reivindicatória" caracterizada pela exigência de melhores salários e níveis de vida e a "conscientização política", definida pela consciência ideológica. Distinção que realmente ajuda a explicar aspectos aparentemente contraditórios da conduta política das massas.

O livro de Pessoa de Moraes, sem pretensões a ser exaustivo na análise de nosso processo social, apresenta uma grande variedade de observações e interpretações para ser convenientemente apreciado em simples nota. Entendemos, contudo, que lhe falta uma análise da situação e papel da Igreja católica na crise de transformação brasileira. Existem certamente alusões ao caráter de nossa religiosidade, referência sobre a atuação do clero em face dos movimentos de camponeses e dos problemas de desenvolvimento. São todavia, referências esparsas, quando a importância do problema exigia tratamento especial num capítulo à parte.

A religião católica é uma de nossas matrizes culturais, e não nos reconheceríamos no que fomos e em nosso etos atual, se a ignorássemos. Apesar de nosso catolicismo descozido, en-

tremeado de superstições ou reduzido a simples condição de hábito social, a Igreja ainda é uma das forças vivas de nossa sociedade.

Intimamente vinculada à nossa formação histórica e cultural a Igreja não poderia deixar de sofrer as influências das transformações sociais e ao mesmo tempo atuar sobre elas. Reflete também, de algum modo, as contradições e perplexidade da crise brasileira. O clero e a hierarquia que, dentro da configuração social do patriarcalismo, sempre foram conservadores apresentam hoje suas alas ultra-avanzadas em matéria ideológica.

Digno de estudo sociológico é atualmente, por exemplo, o recrutamento dos novos sacerdotes, com suas implicações sociais. Ao contrário de antigamente, quando as grandes famílias faziam questão de ter um filho padre, os seminários hoje são procurados por jovens das classes médias e médias inferiores urbanas e rurais. Tal fato há de ter profundas influências nas atitudes sociais do novo clero.

São aspectos que mereciam ser estudados num livro como *Sociologia da Revolução Brasileira*.

Essa restrição, contudo, em nada diminui o mérito do livro. Ao contrário de tantos diagnósticos da crise brasileira surgidos ultimamente, incapazes de sobreviver à motivação política e ideológica que os gerou, o ensaio de Pessoa de Moraes permanecerá como contribuição valiosa para a interpretação psico-sociológica da realidade brasileira nesta fase de nossa história.

RESENHAS

CAPITANIA D'EL-REI — Moysés Vellinho ("Coleção Província" — Editora Globo — Pôrto Alegre — 1964).

Ao longo do litoral, a primeira marcha lusitana parara pelas alturas de Laguna, em Sta. Catarina. No interior é que os bandeirantes, arremetendo contra os índios, cortavam o sertão, iam buscá-los nas margens do Paraná ou do Iguaçu. Além daí, era o vazio.

Quando Portugal se separou da Espanha, no século XVII, abriram-se novas perspectivas e foi criada a Colônia do Sacramento para um acidentado e doloroso destino. As vicissitudes militares dêsse empreendimento às bocas do Rio da Prata, determinaram o avanço dos luso-brasileiros pela margem do Atlântico, suscitando a fundação da fortaleza Jesus-Maria-e-José, à entrada da barra do Rio Grande. E as necessidades do comércio de gado que subia do sul para a feira de Sorocaba onde se abasteciam as regiões mineiras, alargaram e desenvolveram a faixa dêsse caminho, enquanto se revigorava no sertão o império jesuítico-espanhol.

Nesse quadro histórico e geográfico ia formar-se o Rio Grande do Sul. Sobre essa formação e, mais ainda, sobre a caracterização brasileira do futuro Estado e em resposta a apressadas afirmações de muita gente, inclusive gente ilustre, — escreve o Snr. Moysés Vellinho o livro **Capitania d'El-Rei**, com o sub-título de **Aspectos polêmicos da formação rio-grandense** (Coleção "Província", Editora Globo, Pôrto Alegre, 1964).

"A fisionomia histórica e social do Rio Grande do Sul, com todos os seus particularismos, se formou e desenvolveu, não à margem ou ao arrembio da elaboração nacional, mas, pelo contrário, tensa e organicamente subordinada ao processo de expansão geográfica e integração do Brasil em sua múltipla feição política, econômica e cultural. Foi primeiro o centripetismo lusitano, depois o luso-brasileiro e, por fim, o nacional — escalões sucessivos da mesma vocação histórica — que deram sentido e direção aos diferentes fatores da formação rio-grandense" (pág. 110).

Na demonstração da tese, o autor não só apresenta os episódios fundamentais do povoamento como também debate e critica fatos e interpretações — a exemplo do papel que teria no passado brasileiro a ação nucleadora e catequética dos Jesuitas da Província do Paraguai ("província" religiosa) ou a ação combativa do Tiaraju. O ensaio caminha no tempo e, depois da evocação da luta dos farrapos e do fenômeno castilhistas, oferece lúcidas sugestões sobre o papel de homens como Pinheiro Machado e Getúlio Vargas, em nossa existência institucional.

O último capítulo, pondo em foco uma anotação do Snr. Afonso Arinos sobre o feito clássico que teria a linguagem usada pelos escritores gaúchos modernos em confronto com os modismos regionais dos escritores nordestinos, assinala como tal fenômeno seria confirmação dessa atitude geral da gente situada em nossos extremos meridionais: "estamos situados, como tão bem observa Afonso Arinos, nas fronteiras corrotíveis do idioma, e isto parece esclarecer tudo. Em arte, como no mais, não é fácil nos explicarmos fora da posição de vigilância e disciplina que as contingências históricas dura e longamente nos impuseram. As tensões, os conflitos em cadeia que nos coube viver e enfrentar, mercê de nossa condição de fronteiros, não nos permitiram entrar em transações mais demoradas com as forças naturais. Somos, por isso, bem pouco telúricos. Desde o